

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Concurso Público para provimento de cargos de Auditor Fiscal da Receita Municipal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F28', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Instruções: Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

1 *Todos lembram o ato de nascimento, se não dos próprios intelectuais, ao menos da palavra “intelectual”. Foi durante o caso Dreyfus, quando, após o célebre artigo de Émile Zola em L’Aurore, “J’accuse...” (janeiro de 1898), exigindo a revisão do processo de Dreyfus, oficial judeu injustamente condenado por alta traição, aparecem listas de apoio a essa iniciativa assinadas por escritores (como Anatole France, Marcel Proust, André Gide, Charles Péguy), um músico (Albéric Magnard),*
5 *cientistas (Jean Perrin), mas também professores, estudantes, arquitetos, advogados, médicos etc. É Maurice Barrès, antidreyfusista, que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de “protesto dos intelectuais”, palavra nova e que se quer pejorativa, mas que é imediatamente retomada pelos interessados. Desde essa época, e ao longo de todo o século XX, a palavra refere-se àqueles que, exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular); em outras palavras, o intelectual é aquele que*
10 *transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral. Assim, deve haver três condições, parece, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir.*

Certamente em toda sociedade há profissões que, no sentido amplo, são intelectuais, isto é, não manuais (um alto funcionário é um intelectual, nesse sentido). Mas, quando se fala de intelectual, geralmente não se designam nem as
15 *categorias socioprofissionais ligadas às atividades de produção (agrícola, artesanal ou industrial) ou de distribuição, nem as que têm uma função técnica; designam-se categorias, ou melhor, atividades distanciadas em relação ao processo utilitário (produção ou distribuição), e no qual o papel pessoal do indivíduo (seu talento, seu gênio, sua invenção) é essencial – e é dessa distância, de um lado, e dessa personalidade, de outro, que ele obtém seu prestígio. Por isso, os intelectuais a que nos referimos procedem essencialmente das atividades ditas de criação (artes, letras, ciências) e também, secundariamente, das*
20 *práticas de mediação: informação, educação. É preciso, pois, um alto grau de desenvolvimento econômico, social, cultural, e de diferenciação das tarefas.*

Obs.: Émile Zola, escritor francês (1840-1902); em seu artigo “Eu acuso”, publicado no jornal literário **L’Aurore** em 13 de janeiro de 1898, defende Alfred Dreyfus (1859-1935) e acusa nominalmente pessoas e instituições de processo fraudulento e erro judicial.

(WOLFF, Francis. Dilema dos intelectuais. In: **O silêncio dos intelectuais**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 47-48)

1. É Maurice Barrès, antidreyfusista, que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de “protesto dos intelectuais”, palavra nova e que se quer pejorativa, mas que é imediatamente retomada pelos interessados.

Considerada a frase acima, em seu contexto, afirma-se com correção:

- (A) A formulação e *que se quer*, em sua abrangência, sinaliza que se deve entender o desejo como inerente a todos os indivíduos envolvidos no contexto do processo Dreyfus.
- (B) O que se exprime por meio de *antidreyfusista, por derrisão* e *que se quer pejorativa* remete a posicionamentos de Maurice Barrès.
- (C) Por retomar *“protesto dos intelectuais”*, a expressão *palavra nova* assume traço peculiar: indica que foi considerado unidade o conjunto apresentado entre aspas.
- (D) O sentido e a correção originais do trecho destacado estão mantidos com a formulação “É o antidreyfusista Maurice Barrès, que qualifica essa iniciativa por derrisão, de “protesto dos intelectuais”.
- (E) Dado que tem, nessa específica frase, mera função aditiva, o nexos oracional *mas* pode ser substituído por “e”, sem prejuízo do sentido original.

2. O texto legitima o seguinte comentário: Francis Wolff, nas linhas iniciais,

- (A) ao correlacionar *se não e ao menos*, relativiza a amplitude segundo a qual o ato mencionado pode ser interpretado, mas não se abstém de iluminar a interdependência entre a ação das personagens e a etimologia da palavra em pauta.
- (B) ao usar a expressão *Todos lembram*, reconhece o saber comum a ele e aos seus interlocutores, o que o exime de detalhamento da ideia expressa na frase e justifica a ausência de alguma particularização.
- (C) ao mencionar *Dreyfus*, toma o oficial judeu acusado de traição como testemunho legítimo de que há consenso sobre o ato de nascimento da palavra “intelectual”.
- (D) ao citar as *listas de apoio (...) assinadas por escritores* e outros, demonstra o impacto do artigo de Émile Zola na sociedade da época, ainda que a menção não seja relevante para o tema central do excerto, o nascimento da palavra “intelectual”.
- (E) ao elencar os signatários das listas de apoio à iniciativa de *Émile Zola*, manifesta sua própria avaliação sobre as personagens ou categorias profissionais citadas, pois as apresenta em sequência decrescente de valor.



3. Palavras ou locuções do texto motivaram a escrita das frases abaixo, que devem, entretanto, ser consideradas independentes dele. A redação que está clara e correta, segundo a norma-padrão da língua, é:
- (A) O incentivo aos jogadores foi deste teor: independentemente se o time participar ou não da final, já terá feito uma grande campanha, dado, como amplamente noticiado, sua situação financeira precária.
 - (B) No momento mais crucial do debate, todos os representantes setoriais, se não o senhor, propugnaram pelo adiamento da votação, por isso venho agradecê-lo a coragem de não endossar opiniões duvidosas.
 - (C) Aqueles que intervêm de modo imprudente em processos cujos resultados poderão prejudicar a cidadania devem merecer repúdio, mesmo que não venha a ocorrer situações similares em que possam estar envolvidos.
 - (D) As observações do assessor jurídico, feitas ontem, torna eminente a decisão do coordenador por receber ou não, os projetos extemporâneos, pois somente a ele cabe ter a última palavra em litígio de natureza acadêmica.
 - (E) As análises da derradeira escritura contrapuseram de tal forma as partes envolvidas, que não havia quem mediasse o conflito, ainda que os funcionários do cartório dissessem que questões como essa soem acontecer.
-
4. A assertiva correta sobre componentes do excerto é:
- (A) (linha 10) O emprego de *Assim* indica que a frase final do parágrafo é de natureza conclusiva, conclusão que, por ter sido obtida por raciocínio rigoroso, o autor não admite ser atribuída a um entendimento pessoal seu.
 - (B) (linhas 9 e 10) A expressão *em outras palavras* introduz enunciado que parafraseia a acepção da palavra “intelectual” no século XX; a distinta caracterização do mesmo núcleo verbal favorece a concisão da fórmula.
 - (C) (linhas 9 e 11) A palavra *particular* está em relação de antonímia com a palavra *universal*, determinada pelo entendimento do autor de que os valores *justiça e verdade* não são aplicáveis à maioria das situações.
 - (D) (linha 8) A forma *exercendo* expressa prática finda realizada anteriormente à ação expressa por *usam*; no contexto, não há possibilidade de as ações serem tomadas como concomitantes.
 - (E) (linha 10) Na sequência *transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral*, os dois segmentos introduzidos pelo vocábulo **em** subordinam-se ao trecho destacado com idêntica função.
-
5. No último parágrafo do texto, a partir de uma acepção ampla, constrói-se uma acepção restrita da palavra “intelectual”. Esse estreitamento de limites é
- (A) demonstrado pelo prestígio que o profissional angaria pelo cumprimento das mais variadas tarefas, sucedidas de práticas de mediação.
 - (B) demonstrado pelo fato de que altos funcionários são amplamente considerados intelectuais.
 - (C) determinado pelos profissionais intelectuais nas sociedades que requerem alto grau de especialização.
 - (D) decorrente do reconhecimento de que há categorias socioprofissionais que não se dedicam a atividades manuais.
 - (E) decorrente do entendimento de que a atividade intelectual pressupõe um talento pessoal e um distanciamento do processo utilitário.
-
6. É correto afirmar acerca do que se tem no texto:
- (A) (linhas 18 e 19) A substituição de *os intelectuais a que nos referimos* por “os intelectuais a que nós mencionamos” mantém o sentido e a correção originais.
 - (B) (linha 1) Entre o segundo e o primeiro período do texto não se evidencia algum elemento que os encadeie, o que torna necessário que o leitor estabeleça a relação de sentido entre eles meramente pelo contexto.
 - (C) (linha 13) Na frase em que se lê *Certamente em toda sociedade há profissões que, no sentido amplo, são intelectuais*, um signo verbal registra a posição do autor sobre o que enuncia: considera alta a possibilidade de sua assertiva ser verdadeira.
 - (D) (linha 8) O sinal indicativo da crase em *àqueles* é o que determina que o pronome remeta a pessoas genericamente mencionadas.
 - (E) (linha 3) O pronome *essa* remete à iniciativa dos escritores, músicos, cientistas, professores e outros em assinar as listas de apoio.



Instruções: Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 9.

Era lugar relativamente ermo, o que não impedia sonhos e esperança sempre vivos. Os que iam e vinham, principalmente da cidade a um espichar de olhos, eram mensageiros do que alimentava a alma. Deles chegou a notícia: um empresário, com ganância por ali, vinha contratar quem quisesse fazer parte do futuro negócio. Fazer parte é um modo de dizer. Ninguém tinha nada a barganhar além da força de trabalho. E ele sabia, porque procurava gente nova. O anúncio colado na farmácia, no posto de saúde, no poste:

Você, jovem, que quer fazer o progresso de sua região e também ter um trabalho rendoso, venha participar do encontro em que essa oportunidade será oferecida a você.

Dia 10 de junho, às treze horas, no coreto da praça.

O dia chegou. O agrupamento não era grande, tudo ali era pequeno. Mas eles se apresentaram, com rosto ansioso. Mesmo jovens, enfrentaram aquela gente de fora com a bravura que o desconhecido exige. E atentos acompanhavam o desfiar de promessas tão tentadoras, que não dava nem pra acreditar. A fala do empresário ecoava: "Reconheço em vocês os mesmos anseios que já tive um dia. Prometo pessoalmente me empenhar para que cada um de seus desejos se torne realidade".

(CATANZARO, Maria Betina, inédito)

7. *Fazer parte* constitui um específico uso de "fazer", verbo que, em outros contextos, pode assumir distintas funções e acepções. Empregado como "verbo vicário", faz as vezes de outro, como se exemplifica em:

- (A) Tentarei hoje mesmo fazê-lo ver a questão sob ponto de vista menos rígido.
- (B) Foi ele quem fez uma bela mesa de madeira maciça.
- (C) O mediador poderia ter evitado a discussão, mas não o fez.
- (D) Fizeram frente à situação adversa com coragem e elegância, o que nos comoveu.
- (E) O discurso foi bastante positivo, pois o orador o fez de modo acalorado e consistente.

8. Afirma-se com correção sobre o que se tem no fragmento acima:

- (A) Em *um empresário, com ganância por ali, vinha selecionar quem quisesse fazer parte do futuro negócio*, associam-se um fato consumado e um fato incerto, a ser possivelmente realizado no futuro.
- (B) As formas verbais pretéritas, como *Era, impedia, alimentava, chegou*, constroem o painel do *lugar relativamente ermo* identificado por situações habituais, sem que acontecimento algum quebre o costumeiro.
- (C) Infere-se do excerto que os jovens que atenderam ao anúncio não se renderiam às promessas feitas na praça, visto que diziam que *não dava nem pra acreditar* no que ali se ouvia.
- (D) Em *Mesmo jovens, enfrentaram aquela gente de fora com a bravura que o desconhecido exige*, a palavra destacada indica a presença de um pressuposto.
- (E) Transpondo a primeira frase do discurso direto para o indireto, em redação iniciada por "O empresário proclamava", obtém-se "que reconhecia nos jovens os mesmos anseios que já tinha um dia".

9. *O agrupamento não era grande, tudo ali era pequeno. Mas eles se apresentaram, com rosto ansioso.*

A alternativa em que a redação, transformando os dois períodos acima num só, mantém o sentido, a clareza e a correção originais é:

- (A) Tudo ali era pequeno, portanto o agrupamento não era grande, quando eles se apresentaram, com rosto ansioso.
- (B) Todavia eles se apresentaram, com rosto ansioso, sendo o agrupamento não grande e tudo ali pequeno.
- (C) Nem que o agrupamento não fosse grande e então tudo ali era pequeno, eles se apresentaram, com rosto ansioso.
- (D) Como o agrupamento não fosse grande e tudo ali fosse pequeno, eles se apresentaram, todavia com rosto ansioso.
- (E) Ainda que o agrupamento não fosse grande, pois tudo ali era pequeno, eles se apresentaram, com rosto ansioso.

10. A frase que está clara e correta, segundo a norma-padrão da língua, é:

- (A) Era seu intuito articular ações de erradicação da mendigância, para o quê contava com a idoneidade dos colaboradores e sobretudo, com a discricção que elas deveriam merecer.
- (B) Encaminhou a ambas as secretárias os documentos a serem expedidos; uma delas tratou de envelopá-los, a outra, de revisar os destinados a entidades beneficentes e garantir que o prazo de envio não expirasse.
- (C) É previsível que, na discussão de problema de tal complexidade, deve haver opiniões frontalmente antagônicas, mas nada impede que exista, como todos desejamos, pontos de vista que se harmonizam.
- (D) Dirigindo-se à ela, à mulher que o criara, agradeceu tudo que dela havia recebido, inclusive a possibilidade de reconhecer-lhe a generosidade e o apoio quando dos revés do destino.
- (E) Qualquer que, na excitação dos debates, tenham sido os mal-entendidos, não se pode dizer que houve quem pecassem no sentido de ofender pessoalmente quem quer que seja, o que já é um grande avanço.

**Matemática Financeira/Estatística**

11. A taxa interna de retorno positiva do fluxo de caixa abaixo correspondente a determinado projeto é de 12% ao ano.

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)
0	- 39.000,00
1	X
2	2X

O valor de X é igual a

- (A) R\$ 16.240,00.
(B) R\$ 14.560,00.
(C) R\$ 15.052,80.
(D) R\$ 15.680,00.
(E) R\$ 14.616,00.
-
12. Joana aplicou todo seu capital, durante 6 meses, em 2 bancos (X e Y). No Banco X, ela aplicou 37,5% do capital sob o regime de capitalização simples e verificou que, no final do período de 6 meses, o valor dos juros foi de R\$ 2.250,00. No Banco Y, ela aplicou o restante do capital sob o regime de capitalização composta, a uma taxa de 4% ao trimestre, verificando que, no final do período de 6 meses, o valor dos juros foi de R\$ 4.080,00. A taxa de juros anual correspondente à aplicação no Banco X foi de
- (A) 11,25%
(B) 10,50%
(C) 15,00%
(D) 13,50%
(E) 12,00%
-
13. Uma aplicação no valor de R\$ 25.000,00 por um período de 1 ano permitirá que seja resgatado, no final do período da aplicação, um montante no valor de R\$ 28.730,00. Para que a taxa real de juros desta aplicação seja no mínimo de 4%, a taxa de inflação deste ano terá que ser no máximo igual a
- (A) 10,92%
(B) 12,00%
(C) 11,20%
(D) 9,80%
(E) 10,50%
-
14. Uma duplicata é descontada 6 meses antes de seu vencimento em um banco que adota uma taxa de desconto de 5% ao trimestre para qualquer operação de desconto. Verifica-se que o valor do desconto com a utilização do desconto racional composto supera o valor do desconto com a utilização do desconto racional simples em R\$ 50,00. Caso a opção seja pela utilização do desconto comercial simples, o valor do desconto será, então,
- (A) R\$ 2.200,00.
(B) R\$ 2.425,50.
(C) R\$ 2.275,50.
(D) R\$ 2.505,75.
(E) R\$ 2.250,00.
-
15. Uma dívida no valor de R\$ 16.000,00 deverá ser liquidada por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data da concessão da dívida. Utilizando o sistema de amortização francês, observa-se que os saldos devedores da dívida, imediatamente após o pagamento da primeira e da segunda prestação, são iguais a R\$ 12.956,00 e R\$ 9.835,90, respectivamente. O valor dos juros incluído na segunda prestação é igual a
- (A) R\$ 323,90.
(B) R\$ 259,12.
(C) R\$ 388,68.
(D) R\$ 245,90.
(E) R\$ 362,80.



16. Suponha que o número de processos que um auditor fiscal analisa no período de uma semana tem distribuição de Poisson com média de λ processos por semana. Sabe-se que λ satisfaz à equação $P(X = \lambda) = 3/64$ onde X é uma variável aleatória com distribuição binomial com média 1 e variância $3/4$. Nessas condições, a probabilidade do auditor analisar exatamente 2 processos em uma semana é igual a
- (A) 0,250. Dados:
(B) 0,350. $e^{-2} = 0,14$; $e^{-3} = 0,05$
(C) 0,375.
(D) 0,325.
(E) 0,225.

Atenção: Para resolver às questões 17 e 18, considere as informações dadas a seguir.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1,64) = 0,950; \quad P(Z < 2,05) = 0,980; \quad P(Z < 2,40) = 0,992.$$

17. Da receita dos municípios da região sul de determinado país, afirma-se que, em média, 8% são gastos com saúde. Desejando-se provar tal afirmação planejou-se um teste de hipóteses sobre a variável aleatória X , que representa a porcentagem dos gastos com saúde desses municípios relativamente às suas receitas. Supondo que X é uma variável com distribuição normal com média μ e desvio padrão de 2%, selecionou-se uma amostra aleatória de 400 desses municípios, e se considerou testar a hipótese nula $\mu = 8\%$ versus a hipótese alternativa $\mu < 8\%$ ao nível de significância de 2%. Supondo que a população de onde a amostra é proveniente é de tamanho infinito, o menor valor encontrado para a média amostral, tal que a hipótese nula não seja rejeitada é, em porcentagem, igual a
- (A) 7,995.
(B) 7,795.
(C) 6,950.
(D) 7,850.
(E) 7,750.

18. Com o objetivo de se estimar a média mensal salarial, que denotaremos por μ , de certa categoria de trabalhadores, tomou-se uma amostra aleatória de 400 desses trabalhadores. Os resultados estão apresentados na tabela de distribuição de frequências abaixo, onde a primeira coluna apresenta as faixas salariais mensais, em número de salários mínimos (SM), de tais trabalhadores:

Classes de salários mensais em número de SM	Frequência Relativa
4 — 6	0,30
6 — 8	0,40
8 — 10	0,20
10 — 12	0,10

Considere:

- I. Que a população de onde a amostra foi retirada é infinita e tem distribuição normal com desvio padrão igual a 2 SM.
II. Para a estimativa pontual de μ a média aritmética dos 400 salários apresentados, calculada considerando que todos os valores incluídos num intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio do intervalo.

Nessas condições, o intervalo de confiança para μ com coeficiente de confiança igual a 98,4%, baseado nessa amostra, é dado por

- (A) (6,96; 7,44).
(B) (7,00; 7,40).
(C) (7,04; 7,36).
(D) (6,80; 7,60).
(E) (6,92; 7,48).



19. Em uma repartição pública os processos que chegam para análise e deferimento são distribuídos com igual probabilidade para 4 auditores: A, B, C e D. Sabe-se que as probabilidades dos auditores A, B, C e D não deferirem um processo são dadas, respectivamente, por 30%, 35%, 22% e 33%. Nessas condições, a probabilidade de um processo, escolhido ao acaso, ser deferido é igual a
- (A) 65%.
- (B) 60%.
- (C) 70%.
- (D) 72%.
- (E) 75%.

20. Considere as seguintes afirmações:

- I. As amostras 1 e 2 dadas a seguir, cada uma com 5 elementos, não possuem a mesma média amostral mas possuem o mesmo desvio padrão amostral:

amostra 1: 2 4 6 8 10 **amostra 2:** 4 6 8 10 12

- II. Se as variáveis X e Y possuem coeficiente de correlação linear de Pearson igual a 1 então o diagrama de dispersão entre X e Y é uma reta que passa pela origem, isto é, é uma reta que passa pelo ponto (0,0).
- III. Suponha que ajustamos o modelo $\hat{y} = a + bx$ aos dados da amostra $(x_1, y_1), \dots, (x_n, y_n)$, onde a e b são, respectivamente, os estimadores de mínimos quadrados dos parâmetros α e β do modelo de regressão linear. Nessas condições, o coeficiente de determinação é interpretado como a proporção da variabilidade dos y's observados explicada por tal modelo.
- IV. O histograma da variável X é um gráfico não apropriado quando X tem distribuição assimétrica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

Tecnologia da Informação

21. Os *notebooks* ultrafinos (*ultrabooks*) utilizam *drives* do tipo SSD (*Solid-State Drive*) ao invés de HDs por serem normalmente mais silenciosos, menores, mais resistentes e de acesso mais rápido. Assim como os *pen drives*, os dispositivos SSD utilizam
- (A) *chips* BIOS para armazenar as informações. Esses *chips* são baratos e compactos, porém o acesso a eles é mais lento do que o acesso às memórias.
- (B) memória *flash* para armazenar dados. Esse tipo de memória não perde seu conteúdo quando a alimentação elétrica é cortada.
- (C) memória *flash* para armazenar dados. Esse tipo de memória perde seu conteúdo quando a alimentação elétrica é cortada.
- (D) registradores para armazenar informações. Os registradores são tipos de memória de acesso muito rápido, porém muito caros.
- (E) memória *cache* para armazenar dados. Esse tipo de memória é acessada duas vezes mais rápido do que as memórias RAM convencionais.



22. Um funcionário de uma empresa percebeu que seu computador estava sendo controlado remotamente sem seu consentimento, quando foi notificado pelo administrador da rede que, a partir de seu computador, estavam sendo enviados *spams*, realizados ataques de negação de serviço e propagação de outros códigos maliciosos. Com base nestas características e ações, conclui-se que o computador deve estar infectado por um
- (A) *vírus*.
 - (B) *rootkit*.
 - (C) *keylogger*.
 - (D) *spyware*.
 - (E) *bot*.

23. Considere que a receita prevista global disponibilizada no *site* da Prefeitura de Teresina foi disponibilizada na planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010 em português:

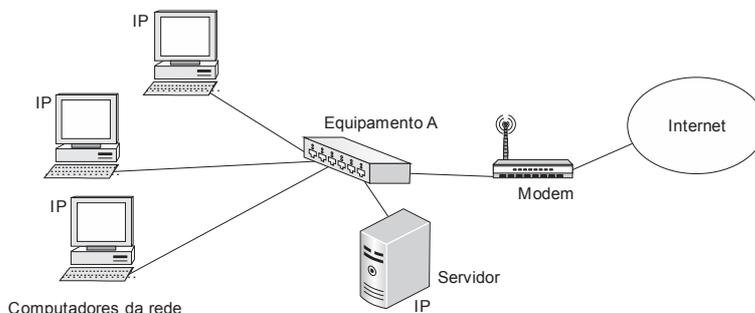
	A	B
1	Exercício	Total
2	2016	R\$ 2.993.294.001,00
3	2015	R\$ 2.816.711.509,00
4	2014	R\$ 2.498.851.424,00
5	2013	R\$ 2.128.681.937,00
6	2012	R\$ 1.706.772.397,00
7	2011	R\$ 1.564.432.972,00
8	2010	R\$ 1.161.101.632,00
9	2009	R\$ 1.088.413.500,00
10	2008	R\$ 953.114.000,00
11		

(<http://transparencia.teresina.pi.gov.br/receitas.jsp>)

Na célula B11, para somar os valores da coluna Total, apenas para valores da coluna "Exercício" posteriores ao ano de 2014, utiliza-se a fórmula:

- (A) =SOMASE (A2 : A10 ; >2014 ; B2 : B10)
 - (B) =SE ((B3 : B11) >2014 ; SOMA (C3 : C11))
 - (C) =SOMASE (A2 : A10 ; ">2014" ; B2 : B10)
 - (D) =SOMA ((B3 : B11) >2014 ; C3 : C11)
 - (E) =SE (B3 : B11 >2014 ; SOMA (C3 : C11))
24. A assinatura digital permite, de forma única e exclusiva, a confirmação da autoria de um determinado conjunto de dados, por exemplo, um arquivo, um *e-mail* ou uma transação. Esse método de autenticação comprova que a pessoa criou ou concorda com um documento assinado digitalmente, como a assinatura de próprio punho faz em um documento escrito. Na assinatura digital, a verificação da origem dos dados é feita com
- (A) a chave privada do receptor.
 - (B) a chave privada do remetente.
 - (C) o *hash* do receptor.
 - (D) o *hash* do remetente.
 - (E) a chave pública do remetente.

25. Considere hipoteticamente que a Prefeitura de Teresina possui uma pequena rede local de computadores (LAN), como a mostrada na figura abaixo.



O equipamento A e um endereço IP possível para algum dos computadores da rede são, respectivamente,

- (A) *bridge* – 192.258.10.2
- (B) *switch* – 192.168.1.56
- (C) roteador – 133.177.291.1
- (D) *hub* – 279.257.2.46
- (E) *access point* – 197.257.133.2

**Direito Administrativo**

26. Agente público competente, no exercício de fiscalização, constata que determinada licença municipal de funcionamento de estabelecimento comercial foi recém-expedida mediante grave insuficiência de comprovação documental, pelo interessado, de atendimento aos requisitos legais. Diante de tal constatação, providência a ser adotada pelo agente público consiste em
- (A) anular, de imediato, o ato administrativo de licença municipal de funcionamento, aplicando-se, no exercício do poder de polícia, as penalidades cabíveis ao interessado e a eventuais outros agentes eventualmente responsáveis pela infração à lei.
 - (B) revogar o ato administrativo de licença municipal de funcionamento, por estar sua expedição em desconformidade com os requisitos legais.
 - (C) anular, de imediato, o ato administrativo de licença municipal de funcionamento, por estar sua expedição em desconformidade com os requisitos legais, notificando-se o interessado para, querendo, apresentar recurso administrativo, na forma da lei.
 - (D) reputar válido o ato administrativo de licença municipal de funcionamento, porque opera em favor de sua validade a presunção de legitimidade dos atos da Administração pública, independentemente de vício no seu processo de produção.
 - (E) lavrar autuação circunstanciada do fato constatado, dando-se ciência ao interessado acerca da pretensão municipal de anulá-lo e oferecendo-lhe a oportunidade de, querendo, apresentar os esclarecimentos que julgar necessários, inclusive em defesa da validade da licença supostamente eivada de nulidade.
-
27. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC é aplicável
- (A) exclusivamente a licitações e contratos necessários à realização de ações no âmbito da segurança pública, relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.
 - (B) exclusivamente a licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.
 - (C) exclusivamente a rol de hipóteses previsto pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que envolve, inclusive, obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, assim como obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.
 - (D) obrigatoriamente a rol de hipóteses previsto pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, sendo vedado ao gestor público optar, nas mesmas hipóteses, pela aplicação do regime licitatório comum, estabelecido pelas normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - (E) obrigatoriamente a licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia relacionados a melhorias na mobilidade urbana no âmbito das cidades sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.
-
28. Município pretende licitar e contratar a realização de obras e serviços de engenharia para a construção de hospital municipal, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, dispondo de orçamento previamente estimado para tanto no valor de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Com vistas a realizar sua pretensão, a Administração poderá adotar
- (A) a sistemática da contratação direta, sem licitação, por tratar-se de objeto relacionado à prestação de serviços públicos essenciais, desde que observado o processo administrativo previsto no art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - (B) licitação pública na modalidade de pregão eletrônico, visando a maior economia de recursos e a menor litigiosidade normalmente associadas à adoção dessa modalidade licitatória.
 - (C) licitação pública nas modalidades de tomada de preços ou concorrência pública, atendidos os demais requisitos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - (D) o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, mediante expressa opção no instrumento convocatório, com vistas a ampliar a eficiência na contratação e a competitividade entre os licitantes, cabendo, inclusive, a depender do critério de julgamento das propostas, a manutenção em sigilo do orçamento previamente estimado para a contratação, o qual será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.
 - (E) licitação pública na modalidade de concorrência, considerado o valor estimado da contratação, adotando, ainda, com vistas a ampliar a eficiência na contratação e a competitividade entre as licitantes, a inversão de fases, consistente em primeiro realizar a classificação e o julgamento das propostas para, após, aferir a habilitação somente da licitante melhor classificada e, caso inabilitada, a da segunda melhor classificada, e assim sucessivamente.



29. Empresa pública municipal dependente, sujeita a regime de direito privado, pretende contratar novos empregados, para ocuparem postos que não sejam em comissão. Para tanto, é lícito que adote como providência contratar novos empregados,
- (A) mediante concurso público, oferecendo-lhes remuneração mensal jamais superior ao subsídio mensal do Prefeito.
 - (B) mediante concurso público, oferecendo-lhes remuneração mensal superior ao subsídio mensal do Prefeito.
 - (C) sem concurso público, oferecendo-lhes remuneração mensal superior ao subsídio mensal do Prefeito.
 - (D) sem concurso público, oferecendo-lhes remuneração mensal jamais superior ao subsídio mensal do Prefeito.
 - (E) mediante concurso público, oferecendo-lhes remuneração mensal jamais superior ao subsídio mensal do Prefeito, exceto se a empresa em questão for uma exploradora de atividade econômica de comercialização de bens e serviços.
-
30. Município da capital de determinado Estado-membro da federação e outros dois Municípios que lhe são limítrofes pretendem promover a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos produzidos em seus territórios. Para tanto, cogitam contratar a construção e operação de um único aterro sanitário, que sirva, simultaneamente, à destinação final de resíduos produzidos em cada uma das três localidades, pelo prazo estimado de até vinte anos. Solução juridicamente possível para que realizem tal pretensão, de mútuo interesse, envolve a
- (A) realização de licitação pública pelo Município da capital, para contratação da construção e operação do aterro sanitário intermunicipal, impondo-se aos dois últimos, no instrumento convocatório do certame, a obrigação de também destinarem os resíduos sólidos produzidos em seus territórios ao aterro sanitário licitado, para fins de promoção de economia de escala.
 - (B) constituição de associação pública entre os Municípios, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mediante protocolo de intenções ratificado por lei de cada um dos Municípios consorciados, seguida da celebração de contrato de rateio de despesas entre os Municípios consorciados e, ainda, da celebração de contrato de programa entre a associação pública e a empresa estatal municipal de saneamento básico de um dos Municípios consorciados, ficando esta empresa responsável pela construção e operação do aterro sanitário.
 - (C) celebração de contratos de programa entre cada um dos Municípios e empresa do setor privado, não estatal, de saneamento básico, necessariamente precedidos de licitação pública, pelos quais seja delegada a esta empresa a construção e operação do aterro sanitário intermunicipal.
 - (D) constituição de associação pública entre os Municípios, na forma da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, convidando-se a integrar tal associação, também, empresa do setor privado, não estatal, de notória especialização no setor de saneamento básico, ficando esta empresa responsável pela construção e operação do aterro sanitário intermunicipal.
 - (E) realização de licitação pública pelo Município da capital, pela qual seja selecionada empresa do setor privado, não estatal, para a construção e operação do aterro sanitário intermunicipal, de tal modo que a esse resultado manifestem sua adesão os outros dois Municípios, gerando a celebração de distintos contratos de concessão entre cada Município e a empresa.
-
31. Município pretende delegar à iniciativa privada, pelo prazo de quinze anos, as atividades de duplicação, reforma, manutenção e operação de rodovia municipal. Para tanto, o Prefeito decreta a utilidade pública, para fins de desapropriação, dos imóveis necessários a tais atividades, especialmente a de duplicação da rodovia municipal. E, ainda, prevê, no instrumento convocatório da licitação para a concessão da rodovia, que a concessionária vencedora do certame terá, entre suas obrigações, a de promover as ações de desapropriação necessárias à consecução do objeto. Analisando-se o conjunto de soluções adotadas pela municipalidade, conclui-se que ele envolve medidas
- (A) lícitas, tais quais a delegação da exploração de rodovia e o decreto de utilidade pública para fins de desapropriação, por serem ambas medidas amparadas na Constituição e nas leis do País, porém, também medida ilícita, consistente na delegação da promoção das ações de desapropriação à concessionária privada, para que exerça autoridade pública em benefício próprio, o que caracteriza a prática de ato de improbidade administrativa, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
 - (B) ilícitas, pois desassiste ao Município a possibilidade jurídica de extinguir propriedades privadas, mediante desapropriação, para colocá-las a serviço de interesses privados, como os da futura empresa concessionária de rodovia.
 - (C) lícitas, como a expedição do decreto de utilidade pública para fins de desapropriação, mas também outras ilícitas, como a delegação a empresa do setor privado, não estatal, da atividade de promoção das ações de desapropriação, tendo em vista a indelegabilidade do poder de polícia municipal.
 - (D) ilícitas, como a expedição do decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, por impossível o enquadramento da ampliação de rodovia nalguma das hipóteses legalmente admitidas de desapropriação, ou, ainda, como a delegação da exploração da rodovia à iniciativa privada, por violar o art. 175 da Constituição Federal, segundo o qual incumbe ao Poder Público a exploração de serviços públicos, que, no caso, são serviços rodoviários.
 - (E) lícitas, tais quais a delegação da exploração de rodovia, a expedição do decreto de utilidade pública para fins de desapropriação e a delegação da obrigação de promover as necessárias ações de desapropriação à concessionária, por serem todas amparadas na Constituição e nas leis do País.



32. Suponha que o Município de Teresina, no exercício de sua competência para organizar e prestar serviços de iluminação pública, pretenda delegar a sua exploração à iniciativa privada. Para tanto, a Prefeitura Municipal estuda a viabilidade jurídica de sua delegação nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que *“institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração pública”*. É característica relevante do regime das parcerias público-privadas estabelecido na referida Lei, a ser considerada no estudo municipal de viabilidade, entre outras, a
- (A) vedação à celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cujo período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos, ou que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - (B) mitigação da responsabilidade fiscal na sua execução e celebração, sendo permitido, sem maiores consequências, um elevado grau de comprometimento da receita corrente líquida do Município com o cumprimento das obrigações derivadas de parcerias contratadas.
 - (C) contratação mediante licitação na modalidade de concorrência, porém com algumas peculiaridades, como a obrigatoriedade da inversão da ordem das fases da habilitação e julgamento.
 - (D) obrigatoriedade de vinculação de receitas municipais à finalidade de garantia das obrigações pecuniárias contratadas pela Administração Pública Municipal.
 - (E) ausência de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
-
33. O tombamento é ato de intervenção estatal na propriedade que implica, ao proprietário, o dever de preservá-la em todas as suas características declaradas como portadoras de significativo valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico, tornando-a, assim, parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Para tal preservação cumpre ao proprietário do bem tombado
- (A) eximir-se de custear as medidas de preservação, visto que, em se tratando de bem integrante do patrimônio cultural brasileiro, cumpre ao Estado, titular desse patrimônio, e não mais ao particular, custeá-las integralmente.
 - (B) arcar integralmente com os custos de preservação, salvo se declarar que não dispõe de recursos para tanto, hipótese em que o Estado deverá lhe assistir.
 - (C) arcar integralmente com os custos de preservação, jamais lhe socorrendo o direito de obter assistência estatal para esse custeio.
 - (D) arcar integralmente com os custos de preservação, podendo, todavia, alterá-lo significativamente se tal medida objetivar angariar recursos que permitam a melhor preservação da parcela remanescente.
 - (E) repartir sempre com o Estado os custos de preservação, por tratar-se de propriedade afeta a interesses tanto públicos como privados.
-
34. Município pretende instituir regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que seja consentânea com diretriz nacional estabelecida nos incisos I e II do art. 21 da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (instituidora de diretrizes nacionais para o saneamento básico). Trata-se da diretriz segundo a qual o exercício da função de regulação atenderá aos princípios da *“independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora”* (inciso I) e da *“transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões”* (inciso II). Para instituir regulação com tais características, a solução juridicamente mais adequada, entre outras, é
- (A) criar órgão público municipal especialmente dedicado à regulação dos serviços de saneamento básico, discriminando, em seu regulamento de criação, que as suas decisões serão tomadas mediante processos administrativos balizados pelos valores jurídicos da transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.
 - (B) criar autarquia, cuja lei de criação discrimine como características de seu regime jurídico a autonomia administrativa, orçamentária e financeira, porém com dirigentes sem mandato fixo, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, a qual seja incumbida regular com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.
 - (C) criar autarquia em regime especial, que poderá ser denominada agência reguladora, cuja lei de criação discrimine como características desse regime especial o mandato fixo de seus dirigentes, que assim terão maior independência decisória em relação ao Prefeito, a garantia de autonomia administrativa, orçamentária e financeira e, ainda, a tomada de decisões mediante processos administrativos balizados pelos valores jurídicos da transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.
 - (D) investir a empresa pública ou sociedade de economia mista municipal, prestadora de serviços públicos de saneamento, na atribuição de regulação da prestação de tais serviços públicos, assegurando-se que as decisões tomadas pela empresa estatal municipal não sejam passíveis de recurso hierárquico impróprio ao Secretário municipal ou ao Prefeito, bem como sejam resultantes de processos administrativos balizados pelos valores jurídicos da transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.
 - (E) delegar, na impossibilidade de oneração do tesouro municipal com os custos de criação de uma entidade reguladora municipal, o exercício da função reguladora dos serviços públicos municipais de saneamento básico à sociedade de economia mista pertencente à Administração indireta do Estado-membro da Federação em que situados os Municípios, exigindo-se, no instrumento de delegação, que as decisões a serem tomadas pela sociedade de economia mista estadual sejam balizadas pelos valores jurídicos da transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.



35. A Lei nº 3.338, de 20 de agosto de 2004, do Município de Teresina, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências. Esta lei, denominada Lei Geral de Processo Administrativo Municipal, se aplica
- (A) a quaisquer processos administrativos desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, mesmo em se tratando de processos administrativos específicos regidos por lei própria, hipótese em que as normas contidas na lei própria devem ser consideradas derogadas pelos ditames da Lei Geral.
 - (B) apenas às situações em que esteja em pauta um litígio, envolvendo particular e órgão ou entidade da Administração Municipal direta ou indireta, sendo, pois, inaplicável a processos administrativos de outra natureza, como os ampliativos de direitos, em que o interessado requer à Administração Municipal a expedição de uma licença em seu favor.
 - (C) aos processos administrativos de caráter sancionador desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, nos quais ficam assegurados, aos litigantes, o contraditório e a ampla defesa, submetendo-se os demais processos administrativos específicos a leis próprias.
 - (D) a quaisquer processos administrativos desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal direta, mas não àqueles desenvolvidos pelas entidades da Administração Municipal indireta no exercício da autonomia decisória que lhes é própria.
 - (E) a quaisquer processos administrativos desenvolvidos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, mesmo em se tratando de processos administrativos específicos regidos por lei própria, hipótese em que os preceitos da Lei Geral terão aplicação subsidiária.

Direito Civil

36. No direito das coisas, conforme estabelece a legislação vigente,
- (A) a servidão de passagem é instituto do direito de vizinhança e pode ser imposta, mediante indenização, em caso de imóvel encravado.
 - (B) em um contrato de locação, somente o locatário exerce a posse do bem, enquanto o locador exerce a propriedade.
 - (C) ao fâmulo da posse é assegurada a defesa da posse por meio da autotutela ou de interditos possessórios.
 - (D) o possuidor de má-fé tem o direito de invocar jurisdicionalmente a tutela possessória contra terceiros.
 - (E) a qualificação de posse como *ad usucapionem* pressupõe a prova da boa-fé.
-
37. Na sucessão legítima e testamentária,
- (A) a renúncia abdicativa confere aos descendentes do renunciante participar da herança por estirpe, em representação ao herdeiro renunciante, como se morto fosse.
 - (B) a aceitação da herança pode ser expressa, tácita ou presumida, mas a renúncia válida sempre deve ser expressa e por instrumento público ou por termo judicial, de modo que a renúncia por instrumento particular é nula de pleno direito.
 - (C) a aceitação da herança somente se faz necessária na sucessão testamentária, uma vez que na legítima vale a regra de *saísine*.
 - (D) falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro necessário notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.
 - (E) a renúncia de todos os herdeiros de uma mesma classe, em favor do monte hereditário, na verdade constitui forma renúncia *in favorem* ou translativa e, assim, configura ato de transmissão *inter vivos* e incide o respectivo imposto.
-
38. A respeito da responsabilidade civil, é correto afirmar:
- (A) Caso o ato ilícito seja causado por agente incapaz, este poderá responder com o seu próprio patrimônio pelos danos que causou, de forma subsidiária em relação aos seus pais, tutores ou curadores.
 - (B) O dano moral tem natureza personalíssima, de modo que a legitimidade para pleitear a sua reparação é exclusivamente daquele diretamente ofendido pelo ato ilícito, vedado no ordenamento jurídico brasileiro o dano moral por ricochete.
 - (C) A jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça sustenta que a quebra de um contrato gera dano moral presumido (*in re ipsa*).
 - (D) Na responsabilidade civil subjetiva, o valor da indenização deve se medir pela extensão do dano causado, de modo que é irrelevante o grau de culpa para fins de fixação do montante da indenização.
 - (E) O caso fortuito e a força maior são excludentes da responsabilidade civil subjetiva, pois afastam a culpa genérica (*lato sensu*) e, assim, não se aplicam às hipóteses em que a lei impõe a responsabilidade civil objetiva.



39. A respeito do regime de bens, a legislação vigente estabelece que
- (A) caso uma pessoa casada pelo regime da comunhão parcial de bens seja o ganhador de um prêmio em dinheiro mediante sorteio da loteria oficial, o valor será de sua exclusiva propriedade e não integrará o patrimônio comum do casal.
 - (B) o cônjuge pode dar em garantia bem imóvel independente de autorização de seu consorte, desde que prove que o bem não integra o patrimônio comum do casal.
 - (C) o regime da comunhão parcial de bens é o regime legal supletivo tanto no casamento como na união estável, de modo que os bens adquiridos onerosamente por qualquer um dos cônjuges ou companheiros devem ser partilhados, independentemente de prova do esforço comum.
 - (D) o regime de bens no casamento deve ser escolhido pelos cônjuges por meio de pacto antenupcial, negócio jurídico solene e que exige instrumento público para a sua validade e que gera efeitos a partir da celebração do casamento, tornando imutável o regime na vigência da sociedade conjugal.
 - (E) o casamento de um homem sexagenário com uma mulher mais jovem impõe a adoção do regime da separação obrigatória de bens, por força de expressa previsão legal neste sentido.

40. Sobre o contrato de prestação de serviços, considere:

- I. Caso pessoa obrigada por contrato escrito a prestar serviço a alguém venha a prestar serviço a outrem mediante aliciamento de terceiro, caberá ao prestador de serviços indenizar o tomador prejudicado, pois o terceiro é pessoa estranha ao contrato.
- II. A lei proíbe expressamente que a prestação de serviço seja convencionada por prazo superior a quatro anos, de modo que caso haja fixação de prazo superior, o contrato, não sendo de natureza empresarial, deve ser reputado extinto em relação ao excesso, ocorrendo a redução temporal, ainda que não concluída a obra.
- III. O contrato de prestação de serviços é personalíssimo, de modo que nem o tomador poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, nem o prestador de serviços, sem anuência da outra parte, apresentar substituto.
- IV. É considerado serviço de consumo qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária ou trabalhista.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Direito Penal

41. A respeito da analogia, considere:

- I. A analogia é uma forma de auto-integração da lei.
- II. Pela analogia, aplica-se a um fato não regulado expressamente pela norma jurídica um dispositivo que disciplina hipótese semelhante.
- III. O emprego da analogia para estabelecer sanções criminais é admissível no Direito Penal.
- IV. A analogia não pode ser aplicada contra texto exposto de lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

42. O delito de furto simples, previsto no art. 155 do Código Penal, é um crime

- (A) material, plurissubsistente e instantâneo.
- (B) material, unissubsistente e instantâneo de efeitos permanentes.
- (C) formal, unissubsistente e permanente.
- (D) formal, unissubsistente e instantâneo de efeitos permanentes.
- (E) formal, plurissubsistente e instantâneo.



43. O crime de falsa identidade
- (A) é punido com pena de reclusão de 1 a 4 anos.
 - (B) só se consuma com a obtenção de vantagem ilícita.
 - (C) não admite tentativa.
 - (D) pode ser cometido na forma culposa.
 - (E) pode ser cometido por qualquer pessoa.
-
44. Fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar o condenado à pena
- (A) restritiva de direitos de prestação pecuniária e de perda de bens e valores.
 - (B) de reclusão ou detenção, que cumpre pena em regime fechado.
 - (C) restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade.
 - (D) de reclusão ou detenção, que cumpre pena em regime semi-aberto.
 - (E) restritiva de direitos de interdição temporária de direitos.
-
45. Considere:
- I. obediência hierárquica.
 - II. estado de necessidade.
 - III. exercício regular de um direito.
 - IV. legítima defesa.
- Dentre as causas excludentes de ilicitude, incluem-se o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.
-

Direito Constitucional

46. À luz das normas constitucionais de repartição de competências legislativas entre os entes federativos cabe à União
- (A) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar.
 - (B) legislar, privativamente, sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem prejuízo da competência estadual para proporcionar os meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
 - (C) legislar, privativamente, em matéria de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (D) e aos Estados legislar, concorrentemente, sobre conflitos de competência em matéria tributária, cabendo à União a edição de normas gerais e aos Estados o exercício da competência suplementar.
 - (E) legislar, privativamente, em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor, sem prejuízo da competência estadual para instituir órgãos públicos de defesa do consumidor.
-
47. Compatibiliza-se com as normas da Constituição Federal em matéria orçamentária a
- (A) edição de lei complementar federal proibindo que a lei orçamentária de todos os entes da Federação autorize a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito por antecipação de receita.
 - (B) autorização legislativa, desde que se faça por meio de lei complementar, para que o chefe do Poder Executivo abra créditos adicionais para vigência no ano em que forem autorizados.
 - (C) edição de medida provisória para abertura de créditos suplementares para atender a despesas previstas em valor insuficiente na lei orçamentária, bem como a edição de medida provisória para a abertura de créditos extraordinários para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
 - (D) transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação orçamentária para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
-



48. Determinado Município extrapolou o limite de gastos com pessoal previsto em lei complementar federal. Temendo não receber repasses de recursos federais e estaduais por essa razão, o Município pretende tomar as seguintes medidas: reduzir em 20% as despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exonerar servidores não estáveis titulares de cargos públicos e, se não forem suficientes as medidas anteriores, exonerar servidores públicos estáveis. Considerando as disposições constitucionais a respeito da matéria, a superação do limite de gasto com despesas com pessoal
- (A) poderá ensejar a retenção de repasses de recursos federais e estaduais. No entanto, a exoneração de servidores titulares de cargos públicos apenas poderá ocorrer mediante processo administrativo em que lhes seja aplicada a pena demissória ou, no caso de servidores públicos ainda não estáveis, mediante processo administrativo que não os confirme no cargo.
 - (B) não poderá ensejar a retenção de repasses de recursos federais e estaduais, tendo em vista ausência de autorização constitucional nesse sentido. No entanto, as medidas de redução de despesas propostas pelo Município são compatíveis com o texto constitucional.
 - (C) não poderá ensejar a retenção de repasses de recursos federais e estaduais, tendo em vista ausência de autorização constitucional nesse sentido. Ademais, não se mostra compatível com o texto constitucional a proposta de redução de despesas com pessoal mediante a exoneração de servidores estáveis.
 - (D) poderá ensejar a retenção de repasses de recursos federais e estaduais. Ademais, as medidas de redução de despesas propostas pelo Município são compatíveis com o texto constitucional.
 - (E) poderá ensejar a retenção de repasses de recursos federais e estaduais. No entanto, não se mostra compatível com o texto constitucional a proposta de redução de despesas com pessoal mediante a exoneração de servidores estáveis.
-
49. Prefeito de determinado Município encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei versando sobre regime jurídico dos servidores públicos vinculados aos órgãos do Poder Executivo. O projeto de lei foi aprovado com a redação dada por emenda parlamentar que instituiu gratificação funcional não prevista no projeto original. Ocorre que o Prefeito vetou parcialmente o projeto de lei, por motivo de inconstitucionalidade, no que toca especificamente à instituição da gratificação funcional fruto da emenda parlamentar. No entanto, o veto foi derrubado pela Câmara Municipal, por maioria absoluta dos Vereadores, sendo que, na sequência, o projeto de lei foi encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal, que promulgou a Lei. Considerando essa situação à luz das normas da Constituição Federal,
- (A) a promulgação da lei pelo Presidente da Câmara Municipal é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o veto foi derrubado pelo Poder Legislativo, situação em que descabe ao Prefeito promulgar a lei.
 - (B) o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal versa sobre matéria de iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, motivo pelo qual não poderia sofrer alteração por emenda parlamentar, cabendo ao Poder Legislativo apenas aprová-lo ou rejeitá-lo na sua integralidade.
 - (C) o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal versa sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, motivo pelo qual não poderia ser alterado por emenda parlamentar para o fim de instituir gratificação funcional não prevista inicialmente no Projeto.
 - (D) a alteração do projeto de lei pela Câmara Municipal é compatível com a Constituição Federal, uma vez que a instituição de gratificação funcional não é matéria de iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
 - (E) o veto apenas poderia ter sido derrubado pela Câmara Municipal por três quintos dos votos dos Vereadores, sendo, portanto, inconstitucional a promulgação da Lei na sua íntegra pelo Chefe do Poder Legislativo.
-
50. Considerando as regras constitucionais vigentes a respeito da aposentadoria de servidores públicos civis, e excluídos os regimes jurídicos transitórios aplicáveis à matéria, considere:
- I. Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado de livre provimento e exoneração, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral da previdência social.
 - II. Considerando a autonomia dos entes federativos, cabe a cada um deles dispor sobre o regime jurídico de previdência oficial de seus servidores, não lhes sendo aplicáveis os requisitos e critérios estabelecidos para o regime geral da previdência social.
 - III. Por força do princípio da igualdade, o aumento de remuneração concedido a servidores públicos ativos deve repercutir imediatamente no valor pago a título de aposentadoria para os servidores públicos inativos da mesma carreira, respeitado o limite máximo de remuneração aplicável à categoria.
 - IV. Professora universitária da rede pública pode aposentar-se com proventos integrais caso tenha cumprido 50 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Tributário**

51. A Secretaria de Finanças de determinado Município brasileiro, necessitando de dar publicidade às normas complementares das leis e dos decretos emanados das autoridades municipais competentes, edita as referidas normas, denominadas Portarias, que são expedidas pelas autoridades administrativas dessa Secretaria. De acordo com o Código Tributário Nacional, essas Portarias entram em vigor
- (A) no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, quando estiverem aumentando alíquota do IPTU.
 - (B) quarenta e cinco dias após a data da sua publicação, salvo disposição de lei orgânica municipal em contrário.
 - (C) na data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
 - (D) no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, quando estiverem aumentando alíquota de tributo, e desde que observado o interregno de 90 dias entre a data da publicação do ato e o primeiro dia do exercício subsequente.
 - (E) trinta dias após a data da sua publicação, salvo disposição de lei em contrário.
-
52. O Código Tributário Nacional traz disciplina a respeito das normas da legislação tributária em geral, normas essas que incluem os tratados internacionais. De acordo com esse Código, os tratados internacionais
- (A) modificam, mas não revogam, a legislação tributária interna.
 - (B) estabelecem a forma por meio da qual, mediante anuência do Senado Federal, as Fazendas Públicas da União, dos Estados e dos Municípios poderão disciplinar isenções de tributos federais, estaduais e municipais com Estados estrangeiros.
 - (C) podem versar sobre obrigações acessórias, mas, no tocante às obrigações principais, não podem versar sobre matérias atinentes a taxas e contribuições em geral, inclusive sobre contribuição de melhoria.
 - (D) admitem, como normas complementares a eles, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
 - (E) estão compreendidos na expressão "legislação tributária", definida no referido Código, enquanto as convenções internacionais não estão.
-
53. A Constituição Federal, em diversos de seus dispositivos, determina expressamente que o legislador federal edite normas jurídicas por meio de lei complementar, o que acontece, inclusive, em relação às normas de natureza tributária. De acordo com o texto constitucional, é necessário lei complementar federal para
- (A) fixar as alíquotas mínimas do ISS.
 - (B) instituir, no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não na competência tributária dos Municípios.
 - (C) definir os fatos geradores das contribuições de melhoria.
 - (D) definir a base de cálculo das taxas.
 - (E) instituir o ISS, bem como definir os serviços sujeitos a esse imposto.
-
54. É no texto da Constituição Federal que se encontram as atribuições de competência tributária em relação aos impostos, e também, as regras básicas de repartição de receitas de alguns desses impostos. De acordo com o texto constitucional, cabem aos Municípios
- (A) 50% do produto da arrecadação do IPVA, a ser repartido entre os Municípios localizados no Estado competente para instituir esse imposto, de modo proporcional ao número de habitantes desses Municípios.
 - (B) de origem do metal, 70% do montante da arrecadação do IOF, incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, devido na operação de origem.
 - (C) 25% do produto da arrecadação do ICMS sobre operações com mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, e 50% do produto da arrecadação desse mesmo imposto sobre prestações de serviço de comunicação.
 - (D) 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo-lhes 80% desse produto, quando ele for fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (E) 75% do produto da arrecadação do IR, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por suas autarquias.
-
55. O Código Tributário Nacional estabelece disciplina a respeito das obrigações tributárias, dividindo-as em principais e acessórias. De acordo com esse Código, a obrigação
- (A) acessória decorre de fato gerador de taxas e contribuições especiais, enquanto que a obrigação principal decorre de fato gerador de imposto.
 - (B) acessória tem por objeto o lançamento de penalidade pecuniária.
 - (C) principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em direito subjetivo da Fazenda Pública de propor execução fiscal.
 - (D) principal tem como fato gerador qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.
 - (E) principal é extinta juntamente com a extinção do crédito tributário que dela decorreu.



56. Determinado Município brasileiro decidiu adotar as seguintes medidas, no exercício de 2014: (I) lançou e promoveu a cobrança do IPTU em relação ao terreno em que se localiza um cemitério que é comprovadamente extensão de entidade de cunho religioso, e cuja doutrina não aceita o sepultamento dos fiéis falecidos em cemitérios que não sejam esses; (II) concedeu isenção desse mesmo imposto a um grupo limitado de municípios, exclusivamente em razão de sua condição de servidores públicos municipais; (III) editou decreto, no mês de novembro de 2014, para vigorar a partir do exercício seguinte, majorando a base de cálculo do IPTU, redundando esse fato, inclusive, em aumento superior à variação dos índices oficiais de inflação.
- Considerando as limitações ao poder de tributar, arroladas no texto da Constituição Federal, a medida
- (A) III violou o princípio da anterioridade.
 - (B) II violou o princípio da isonomia tributária.
 - (C) I não violou qualquer regra constitucional limitadora do poder de tributar.
 - (D) III violou o princípio da anterioridade nonagesimal (noventa).
 - (E) II não violou qualquer regra constitucional limitadora do poder de tributar, mas a medida I violou o princípio da irretroatividade.
-
57. Joãozinho, com seis anos de idade, recebeu doação de seus avós, a qual foi devidamente aceita pelos seus pais, em seu nome. Marcelo, empresário, perdeu o direito de administrar diretamente os seus bens, desde a decretação da falência de sua empresa, consoante o que determina o art. 103 da Lei Federal nº 11.101/05. A empresa Serviços Gerais Ltda., prestadora de serviços previstos na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116/03, funciona sem a devida inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISS do Município em que se localiza, mas atua comercialmente como se regular fosse. Por determinação judicial, Maria Luisa encontra-se internada em hospital para doentes mentais, por sofrer de moléstia que a impede de praticar os atos do dia-a-dia, em razão de profunda alienação mental.
- De acordo com as regras do Código Tributário Nacional, atinentes à capacidade tributária das pessoas para serem sujeitos passivos de obrigação tributária principal,
- (A) a empresa Serviços Gerais Ltda. reveste a condição de sujeito passivo do IPTU relativo ao terreno que a referida sociedade adquiriu e no qual se localiza a sede da referida empresa.
 - (B) Maria Luisa, que perdeu suas faculdades mentais, não reveste, por causa disso, a condição de sujeito passivo do Imposto de Renda, embora aufera rendimentos tributáveis por esse imposto.
 - (C) Marcelo não pode ser identificado como sujeito passivo do IPVA de veículo de sua propriedade, em relação aos fatos geradores ocorridos após a perda do direito de administrar seus bens, justamente por causa dessa perda.
 - (D) a empresa Serviços Gerais Ltda. não reveste a condição de sujeito passivo do ISS em relação aos serviços que presta, porque não está regularmente constituída, ainda que configure, indubitavelmente, uma unidade econômica.
 - (E) Joãozinho, por ser menor de idade, não pode ser identificado como sujeito passivo do ITCMD incidente sobre a doação recebida, ainda que a lei ordinária competente preveja que o donatário é o contribuinte desse imposto.
-
58. Pedro, pai de dois filhos, edificou, em terrenos de sua propriedade, próximos um do outro, duas casas iguais. Depois de construídas, procurou o tabelião local e pediu-lhe que elaborasse uma única escritura pública de doação, por meio da qual destinou uma das casas a seu filho Thiago, e a outra a seu filho David.
- Como Thiago era filho estudioso e trabalhador, Pedro decidiu que o referido contrato produziria efeitos imediatamente em relação à doação feita a esse filho. Por outro lado, como David não era estudioso, nem tão trabalhador, Pedro pediu ao tabelião que fizesse constar da referida escritura uma cláusula que determinasse que os efeitos desse contrato, em relação a David, só se operariam na data em que esse filho concluísse seu curso superior, ficando este contrato, portanto, sem efeitos, se David não viesse a concluir o referido curso.
- Considerando: (I) as informações acima; (II) que o ITCMD tem como sujeito passivo o destinatário da transmissão dos bens; (III) que a transmissão de bens imóveis se dá com o registro da escritura pública no respectivo Cartório de Registro de Imóveis, momento em que o Estado de localização desses imóveis determina o pagamento do ITCMD; e (IV) a disciplina do Código Tributário Nacional a respeito do momento em que se consideram ocorridos os fatos geradores dos tributos, o referido imposto será devido por
- (A) Thiago, por ocasião da conclusão do curso superior por David, e não será devido por David em momento algum.
 - (B) Thiago e por David, por ocasião do registro da escritura de doação, no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (C) Thiago, por ocasião do registro da escritura de doação, no Cartório de Registro de Imóveis, e por David, na data em que ele concluir o curso superior.
 - (D) Thiago, por ocasião da conclusão do referido curso superior, e por David, por ocasião do registro da escritura de doação, no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (E) Thiago e por David, por ocasião da conclusão do curso superior por David.
-
59. Um contribuinte do ISS, tributo lançado por homologação em diversos Municípios brasileiros, desenvolveu a atividade de autolancamento a que se refere o *caput* do art. 150 do Código Tributário Nacional e, depois de apurar o montante devido no mês de agosto de 2015, efetuou o pagamento do crédito tributário apurado, no dia 25 do mês subsequente.
- Depois de ter quitado o referido débito para com a Fazenda Pública municipal, o contribuinte se deu conta de que havia errado na elaboração do cálculo do referido débito fiscal, o que redundou em pagamento a maior do que o efetivamente devido.
- Em razão disso, tomou a decisão de pleitear a restituição desse valor pago a maior. O direito de pleitear essa restituição, de acordo com o Código Tributário Nacional e a legislação de regência dessa matéria, poderá ser exercido até o dia
- (A) 31 de dezembro de 2020.
 - (B) 25 de setembro de 2025.
 - (C) 25 de setembro de 2017.
 - (D) 25 de setembro de 2020.
 - (E) 25 de setembro de 2022.



60. Por meio de sorteio internacional, realizado em 2015, um determinado Município brasileiro foi escolhido para sediar, em 2016, evento político-ecológico relevante no cenário mundial, o qual, pela sua magnitude, acabou exigindo que o Brasil promovesse gastos enormes com segurança, principalmente com a segurança das autoridades estrangeiras. Não obstante o fato de a União e o Estado terem feito grandes investimentos nessa área, não houve meio de o Município sede do evento escapar da realização de enormes despesas nessa área.

Com base nessas informações e nas disposições da Constituição Federal nesse sentido, o referido Município poderá

- (A) aumentar, para fazer face a essas despesas extraordinárias, a alíquota dos impostos municipais, respeitadas as regras constitucionais atinentes às limitações do poder de tributar e à desvinculação das receitas tributárias, bem como as limitações impostas por leis complementares.
 - (B) instituir contribuição de interesse nacional, de caráter excepcional e transitório, mediante delegação expressa e específica da União, por meio de resolução do Senado Federal.
 - (C) fixar a alíquota do ISS, por meio de lei ordinária, em percentual superior ao do teto estabelecido em lei complementar federal, em caráter excepcional e transitório.
 - (D) ser autorizado pela União, por meio de lei complementar específica, a tributar a exportação de serviços para o exterior, em caráter excepcional e transitório, não superior a seis meses.
 - (E) instituir empréstimo compulsório via edição de lei ordinária, mediante delegação expressa e específica da União, feita por meio de decreto legislativo, pois a realização desse evento constitui investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
-
61. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o ISS
- (A) incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, nos termos estabelecidos em lei.
 - (B) não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, regida pela CLT, dos diretores de conselho fiscal de sociedades, salvo disposição de lei municipal em contrário.
 - (C) tem como contribuinte o tomador do serviço.
 - (D) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa a essa Lei, desde que tais serviços se constituam como atividade preponderante do prestador.
 - (E) incide sobre os serviços mencionados na lista anexa à referida Lei, afastada a incidência do ICMS sobre eles, mesmo que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na própria lista.
-

62. O Código Tributário Nacional estabelece que a atribuição constitucional de competência tributária para os Estados instituírem impostos como o IPVA
- (A) compreende o compartilhamento da competência legislativa com os Municípios localizados em seu território, em razão de parte da receita deste imposto pertencer aos Municípios.
 - (B) compreende a competência legislativa plena a respeito desse imposto, ressalvadas as limitações existentes, contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e observado o disposto no CTN.
 - (C) será, quando não exercida pelo Estado, exercida pelos Municípios nele localizados, que deverão fiscalizá-lo e cobrá-lo.
 - (D) pode ser delegada aos Municípios localizados em seu território, quando esses Municípios optarem, na forma da lei, por fiscalizá-lo e cobrá-lo, e desde que essa delegação não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (E) pode ser definitivamente perdida, a favor da União, quando o Estado não a exercer por três anos consecutivos, ou por cinco intercalados, subsistindo a repartição de suas receitas com os Municípios localizados no Estado que não exerceu sua competência.
-

63. Relativamente aos impostos de competência municipal, a Constituição Federal
- (A) estabelece que o IPTU, imposto sujeito à progressividade, incide sobre a propriedade de bens imóveis localizados nas zonas urbana e rural do ente municipal tributante.
 - (B) e a Lei Complementar nº 116/03, interpretadas de modo conjunto, estabelecem que, na organização de festas e recepções do tipo *buffet*, o ISS incide tanto sobre a parte referente à prestação de serviços, como sobre o fornecimento de alimentação e bebidas, desde que, mediante a elaboração de um único contrato comercial, o mesmo contribuinte seja o prestador do serviço e o fornecedor da alimentação e das bebidas.
 - (C) estabelece que o ITBI terá suas alíquotas máximas e mínimas fixadas em lei complementar.
 - (D) e a Lei Complementar nº 116/03, interpretadas de modo conjunto, estabelecem que o ISS incide somente sobre a prestação de serviços, na hipótese de o tomador do serviço (cliente) contratar a empresa A para organizar a festa, e contratar a empresa B para fornecer alimentação e bebidas, ainda que ambas sejam empresas interdependentes.
 - (E) estabelece que o ITBI incide sobre a transmissão de bens e direitos, a título oneroso, inclusive sobre a transmissão de direitos reais, como os direitos pignoratícios.



64. Um Município brasileiro foi beneficiado com as seguintes obras, no exercício de 2015:
- I. Construção de uma fábrica de laticínios, por grupo econômico privado, cuja produção será destinada à exportação, e que acabou por gerar centenas de empregos para os munícipes, aumentando sensivelmente sua renda e valorizando os imóveis próximos à fábrica.
 - II. Implantação de uma escola e de um posto de saúde em bairro da periferia, por iniciativa do governo estadual, as quais implicaram valorização dos imóveis localizados em sua proximidade.
 - III. Construção de um porto fluvial pelo governo municipal, para escoar a produção de laticínios que serão produzidos no Município, o que acabou por valorizar os imóveis que circundam esse porto, em um raio de dois quilômetros.
 - IV. Construção de uma balança rodoviária de cargas, em rodovia municipal, para evitar o trânsito de veículos com excesso de peso nos limites do Município.

Em razão dos benefícios trazidos pela realização dessas obras, o referido Município, observada a disciplina legal estabelecida pelo Código Tributário Nacional a respeito da contribuição de melhoria, poderá lançar e cobrar esse tributo em relação a

- (A) I e IV, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) II, apenas.
65. A atividade de fiscalização dos sujeitos passivos de obrigação tributária é de tal relevância que o próprio Código Tributário Nacional contempla algumas das principais regras a esse respeito. De acordo com esse Código,
- (A) é permitida a divulgação, por parte dos servidores da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício, sobre a situação financeira de contribuinte, desde que não envolva crime financeiro por ele cometido.
 - (B) as autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio da força pública estadual, quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, desde que essa medida se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
 - (C) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de alguns tipos de informações específicas, tais como aquelas relativas à inscrição de débitos do contribuinte em Dívida Ativa dessa mesma Fazenda Pública.
 - (D) a autoridade fiscal que proceder a qualquer diligência de fiscalização lavrará, em um dos livros fiscais exibidos pelo sujeito passivo, os termos necessários para que se documente o início do procedimento, e fixará prazo máximo para a conclusão daquela, vedada a lavratura desses termos em separado.
 - (E) os despachantes aduaneiros oficiais, que são contribuintes do ISS, estão obrigados, mediante intimação escrita de autoridade competente para fiscalizar o ICMS, a prestar às autoridades administrativas todas as informações de que disponham com relação aos negócios de seus clientes, contribuintes do ICMS, preservado o dever de segredo, quando previsto em lei.

Legislação Tributária Municipal

66. Conforme a LC nº 3.606/2006, para fins de apuração do valor venal de imóveis no Município de Teresina, devem ser considerados os fatores de correção das tabelas constantes do Anexo II da referida LC, aplicáveis a cada imóvel em particular. Para efeito de aplicação destes fatores de correção,
- (A) para efeito de aplicação do Fator de Depreciação, a vida útil das edificações será considerada como sendo de 20 anos para construções rústicas e de 30 anos para construções em concreto armado, alvenaria ou estrutura metálica.
 - (B) a profundidade equivalente do terreno será obtida mediante a divisão da área total pela testada, ou no caso de terrenos com duas ou mais frentes, pela soma das testadas contíguas.
 - (C) no caso de terreno de esquina, que tenha a forma retangular, para apuração da profundidade equivalente, será adotada a regra da hipotenusa, dividindo-se o terreno em dois ou mais triângulos retângulos.
 - (D) no caso de terreno encravado, em que haja necessariamente servidão de passagem, será considerado o Fator Moderador, para compensar o proprietário pelo incômodo.
 - (E) para efeito de aplicação do Fator de Conservação, considerar-se-á o estado de conservação das vias públicas e dos equipamentos públicos existentes no bairro.
67. Conforme a LC nº 3.606/2006, a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU no Município de Teresina é o valor venal do imóvel. Neste sentido, considera-se valor venal do imóvel, em caso de
- (A) prédio industrial, o valor da construção, deduzido o valor do terreno e dos bens móveis nele mantidos em caráter permanente ou temporário.
 - (B) terrenos não edificadas, o valor do solo, apurado anualmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 - (C) terreno em ruínas, o valor fundiário do solo, obtido pela aplicação da Planta Genérica de Valores e acrescido do valor dos bens móveis mantidos no local em caráter permanente.
 - (D) galpão comercial, o valor do solo e da edificação, obtido pela aplicação da Planta Genérica de Valores e metodologia adequada, que poderá ser atualizado a cada ano.
 - (E) edificação parte habitada e parte em construção, o valor do solo e da edificação, em conjunto, na proporção da área habitada sobre a área total do terreno.



68. Conforme a LC 3.606/2006, no Município de Teresina são cobradas diferentes taxas em razão do exercício do poder de polícia. Dentre estas taxas se destaca a
- (A) Taxa de Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização – TLIF, visando a regular, em função do interesse público, o exercício de atividades ou a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia concessão ou autorização.
 - (B) Taxa de Serviços Municipais Diversos – TSMD, visando a garantir a prestação de diversos serviços municipais, como iluminação pública, brigada anti-incêndio e limpeza de vias públicas.
 - (C) Taxa de Licença e Fiscalização de Obras – TLFO, cujo contribuinte é o construtor, empreiteiro ou sub-empreiteiro da obra e cujo responsável é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel onde estejam sendo executadas as obras de reforma de casas.
 - (D) Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA, para custear a fiscalização de empreendimentos, obras e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de degradação ao meio ambiente, e para custear os serviços técnicos necessários ao licenciamento, como o estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório.
 - (E) Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios – TLFA, para custear o licenciamento e fiscalização das normas relativas a anúncios e ao controle da estética e do espaço visual urbanos, inclusive os de fins filantrópicos, ecológicos, religiosos ou político-eleitorais, localizados em vias públicas ou privadas, em imóveis públicos ou privados, na face externa ou no interior de estabelecimentos.
-
69. No que se refere ao Imposto Sobre a Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI e considerando o que dispõe a LC nº 3.606/2006 do Município de Teresina, NÃO incide o imposto
- (A) na permuta de bens imóveis.
 - (B) na instituição, a título gratuito, de direito real de habitação.
 - (C) na cessão de direito a sucessão, a título oneroso, ainda que por desistência ou renúncia.
 - (D) na torna que ocorrer em partilha decorrente da dissolução de sociedade conjugal, quando um dos ex-cônjuges receber imóvel situado no Município, em valor superior à quota parte que lhe caberia na totalidade desse imóvel.
 - (E) na concessão, a título oneroso, de direito real de uso e direito de superfície.
-
70. A base de cálculo do ITBI, prevista na LC nº 3.606/2006, é o valor venal do imóvel, ou dos direitos a ele relativos. Nesse sentido, considere os seguintes critérios:
- I. a avaliação efetuada com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário no Município de Teresina.
 - II. os elementos constantes no Cadastro Imobiliário Fiscal, que instruíram a cobrança do IPTU.
 - III. o valor declarado pelo sujeito passivo.
 - IV. o valor da base de cálculo do IPTU.
- O valor venal será determinado com base
- (A) nos critérios I e II, apenas.
 - (B) no critério IV, apenas.
 - (C) nos critérios I, II e III, apenas.
 - (D) no maior valor dentre os critérios I, II, III e IV.
 - (E) no critério II, apenas.
-
71. Conforme a LC nº 3.606/2006, que institui o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, no Município de Teresina, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento do prestador, EXCETO:
- (A) no serviço público de transporte coletivo urbano, operado exclusivamente por ônibus, hipótese em que o serviço será devido no local em que o veículo estiver licenciado ou registrado.
 - (B) no caso de instalação de andaimes, hipótese em que o imposto será devido no local da fabricação das peças.
 - (C) na execução de obras de construção civil, hipótese em que o imposto será devido no endereço do contratante.
 - (D) na realização de demolição, hipótese em que o imposto será devido no local da descarga do entulho.
 - (E) no serviço de sementeira e adubação, hipótese em que o imposto será devido no local onde tiver ocorrido a sementeira ou adubação.
-
72. Conforme a LC nº 3.606/2006, o contribuinte do ISS é o prestador do serviço. Todavia, conforme esta mesma lei, e desde que regularmente nomeado, é responsável pela retenção e recolhimento do ISS devido ao Município de Teresina,
- (A) as empresas administradoras de bens, de condomínios e de *shopping centers*, sempre que ali estiver estabelecido prestador de serviços, pessoa jurídica, cadastrada no Município.
 - (B) o órgão público ou a entidade da Administração indireta dos Estados e da União, exceto se alcançados por imunidade ou isenção, quando tomarem serviços de pessoas cadastradas no Município.
 - (C) o órgão ou a entidade da Administração pública do Estado do Piauí, sempre que tomar serviço sujeito à incidência do ISS, de pessoa cadastrada no Município.
 - (D) a concessionária revendedora de automóvel novo ou usado, sempre que tomar serviço sujeito à incidência do ISS, de pessoa jurídica cadastrada no município.
 - (E) a empresa de rádio ou de televisão, sempre que tomar serviço de comunicação não sujeito à incidência do ISS.



73. Conforme a LC nº 3.606/2006, é assegurado ao sujeito passivo ou a entidade representativa de categorias econômicas ou profissionais, efetuar consulta sobre a interpretação da legislação tributária municipal. Neste sentido,
- (A) após a aprovação do parecer e comunicada a resposta da consulta ao interessado, não cabe, em hipótese alguma, pedido de reconsideração de decisão.
 - (B) as consultas serão respondidas, na forma de Parecer, pela Junta de Julgamento Tributário, cuja aprovação compete ao Contencioso Administrativo Tributário.
 - (C) cada consulta poderá tratar de diversos temas, sempre que o interessado for o mesmo, e deverá apresentar, de forma clara, a interpretação preconizada e a legislação que suporta a interpretação, sob pena de inexatidão.
 - (D) o Agente Fiscal de Tributos Municipais – AFTM poderá suscitar a manifestação da PGM, quando não concordar com pronunciamento preexistente sobre a mesma matéria tratada na consulta.
 - (E) a consulta, desde que formulada antes do prazo para recolhimento do tributo, suspende a exigibilidade deste tributo, exime o consulente do pagamento de multa moratória e demais acréscimos legais, inclusive quando se tratar de imposto lançado por homologação ou destacado em documento fiscal.
-
74. No que se refere à contribuição de melhoria, instituída pela LC nº 3.606/2006 do Município de Teresina, é correto afirmar que
- (A) este tributo será lançado de ofício, com base nas informações constantes no Cadastro Imobiliário Fiscal, e a notificação de lançamento poderá ser entregue à pessoa que reside no imóvel, ainda que não seja o contribuinte ou o próprio proprietário.
 - (B) ela pode ser cobrada, no caso de valorização de imóvel em decorrência de obra pública municipal, como pavimentação, reparação e recapeamento de vias ou logradouros.
 - (C) o cálculo do montante devido a esse título deve considerar o valor total da obra realizada, o acréscimo de valor do imóvel, o percentual da obra a ser recuperada através da cobrança da contribuição e o valor da base de cálculo do IPTU cobrado do imóvel nos últimos cinco anos.
 - (D) é fato gerador deste tributo, a obra de construção ou ampliação de portos, aeroportos ou estação de trem, realizadas por iniciativa de empresa privada ou pública, de qualquer dos entes federados, quando resultar em valorização de imóvel localizado no município.
 - (E) não estão sujeitos ao tributo, os imóveis da União prometidos à venda ou submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento, ainda que tenham acréscimo de valor em decorrência de obra pública municipal.
-
75. No que se refere aos poderes e prerrogativas atribuídos à Administração Tributária do Município de Teresina, instituído pela LC nº 3.606/2006,
- (A) mediante ato específico da autoridade competente, qualquer ação fiscal poderá ser repetida, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não atingido pela decadência o direito de lançar o tributo ou impor a penalidade.
 - (B) o Agente Fiscal de Tributos Municipais – AFTM poderá exigir a exibição de livros ou documentos, inclusive de pessoas imunes ou isentas, que possam constituir fato gerador de tributos municipal, estadual e federal, para fiscalizar tais pessoas e verificar a ocorrência do não pagamento de qualquer tributo.
 - (C) é vedada a divulgação de informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e estado dos seus negócios ou atividades, inclusive sobre a existência de inscrição de débitos em Dívida Ativa e sobre parcelamentos.
 - (D) o Agente Fiscal de Tributos Municipais – AFTM, quando vítima de desacato ou da manifestação de embaraço ao exercício de suas funções, poderá solicitar o auxílio de autoridade policial, desde que tal fato se configure, ainda que em tese, fato definido em lei como crime ou contravenção.
 - (E) essa Administração tributária poderá instituir livros e declarações por meios eletrônicos, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização, desde que seja por lei ordinária, e observado o princípio da anterioridade nonagesimal (noventena).
-
76. De acordo com o Processo Administrativo Tributário, disciplinado pela LC nº 3.606/2006 do Município de Teresina,
- (A) a Junta de Julgamento Tributário, órgão julgador de segunda instância, será composta por cinco Auditores Fiscais, com bacharelado em Direito, experiência em matéria tributária, notória idoneidade moral e reputação ilibada.
 - (B) compete exclusivamente ao Contencioso Administrativo Tributário preparar, organizar, sanear e julgar os processos administrativos referentes à constituição e exigência de crédito tributário.
 - (C) o Chefe do Contencioso Administrativo Tributário será designado pelo Secretário de Finanças, dentre os Agentes Fiscais de Tributos Municipais – AFTM, em efetivo exercício, há pelo menos cinco anos, desde que tenha formação em Direito, notória idoneidade moral e reconhecida experiência em matéria tributária.
 - (D) compete ao Agente Fiscal de Tributos Municipais – AFTM, integrante da Junta de Julgamento Tributário, realizar diligências e perícias fiscais necessárias ao curso do processo.
 - (E) compete ao Conselho de Contribuintes, órgão subordinado hierarquicamente ao titular da Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, conhecer e decidir sobre os recursos das decisões prolatadas pela Junta de Julgamento Tributário.



77. Luis de Camões, residente em Teresina/PI, possui, no Município, uma empresa de serviços gerais, não optante pelo regime tributário do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006), que realiza diversas atividades plenamente identificáveis. A empresa faz (I) conserto de eletrodomésticos, (II) fornece pizza e refrigerantes no sistema “disque e entrega” e (III) faz pequenas obras civis. Conforme o disposto na LC nº 3.606/2006, no que se refere ao ISS, a atividade da empresa é tributada
- (A) normalmente sendo que, na atividade de conserto de eletrodomésticos, o valor das peças utilizadas em garantia será estimado pelo preço corrente no mercado, para fins de composição da base de cálculo do imposto.
 - (B) segregadamente adotando-se para cada atividade a correspondente base de cálculo e alíquota, sendo que, na atividade de fornecer pizzas e bebidas, o valor dos alimentos e das bebidas deve ser deduzido do valor do preço do serviço, desde que devidamente comprovado com nota fiscal de mercadoria específica, para fins de determinação da base de cálculo do ISS.
 - (C) englobadamente e a base de cálculo do ISS será o valor da receita bruta, sem nenhum desconto ou dedução.
 - (D) com aplicação de base de cálculo e alíquota específica para cada atividade, exceto no que se refere ao fornecimento de pizza e refrigerante no sistema “disque e entrega”, que não estão sujeitos ao imposto.
 - (E) segregadamente com base de cálculo e alíquota distintas para cada atividade, sendo que, na atividade de pequenas reformas civis, o valor das subempreitadas deve ser deduzido da base de cálculo do imposto.
-
78. O Município de Teresina instituiu, por meio da Lei nº 3.891/2009, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e. Conforme o disposto nesta lei,
- (A) o valor do imposto declarado por meio da NFS-e, quando vencido e não recolhido, constitui confissão de dívida, tornando-se exigível após a Administração Fazendária lavrar o respectivo Auto de Infração ou apontar para protesto extrajudicial e inscrevê-lo em Dívida Ativa.
 - (B) a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso pela Administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
 - (C) no caso de eventual impedimento da emissão on-line da NFS-e, o prestador de serviço emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS, utilizando o Sistema ISS On-line – ISSO, na forma prevista em regulamento.
 - (D) na hipótese de emissão de RPS, em substituição a NFS-e, o RPS deverá ser emitido em formulário de segurança e enviado por correio para a Prefeitura Municipal, no prazo de cinco dias úteis, contados da emissão, sob pena de perda da validade do documento.
 - (E) o Poder Executivo deverá instituir prêmios e sorteios aos contribuintes e prestadores de serviços com o objetivo de estimular a emissão de NFS-e e de proteger o meio ambiente.
-
79. O Município de Teresina disciplinou, por meio da Lei nº 4.781/2015, a aplicação do IPTU progressivo no tempo. Conforme o disposto nesta lei,
- (A) no caso de imóvel sujeito ao IPTU progressivo, observados os requisitos previstos em Regulamento, o Poder Executivo poderá conceder isenção ou anistia parcial, nos casos de imóveis de propriedade de pessoas inscritas no Cadastro Social do Governo Municipal.
 - (B) no caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para parcelamento do solo, edificação ou utilização compulsórios, será aplicada uma alíquota de IPTU maior a cada ano, à razão de 10% ao ano, até o limite de 100% de acréscimo.
 - (C) após o prazo de cinco anos de aplicação da alíquota máxima do IPTU acrescido, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação tributária, o Poder Executivo poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
 - (D) em caso de desapropriação de imóvel, por falta do cumprimento de obrigação do proprietário, o Município poderá emitir títulos de dívida pública, resgatáveis no prazo de 10 anos, com correção monetária, excluída a incidência de juros, para pagar a desapropriação.
 - (E) para fins de aplicação do IPTU progressivo no tempo, o imóvel urbano será considerado não edificado, quando situado na zona urbanizada, com área igual ou superior a quinhentos metros quadrados e apresentar índice de aproveitamento igual a zero.
-
80. Fernando Pessoa, residente em Brasília/DF, é: (I) possuidor de um terreno localizado na zona urbana do Município de Teresina/PI, com área de seiscentos metros quadrados, sem uso e não edificado; (II) promitente comprador de uma casa, localizada em um bairro residencial de Teresina, da qual, embora totalmente paga, não lhe foi outorgada a respectiva escritura pública de compra e (III) professor, com vínculo empregatício formal, de um curso de especialização em arquitetura, com aulas presenciais realizadas a cada quinze dias, sendo que as aulas são ministradas em idioma francês, no Colégio Côte D’Azur, localizado em Teresina. Considerando o disposto no Código Tributário do Município de Teresina, LC nº 3.606/2006, Fernando Pessoa é
- (A) (I) solidariamente responsável pelo pagamento do IPTU em relação ao terreno; (II) está isento do pagamento do ITBI da casa e (III) não houve o fato gerador do ISS em relação às aulas por ele ministradas.
 - (B) (I) contribuinte do IPTU em relação ao terreno; (II) contribuinte do ITBI em relação a compra da casa e (III) é contribuinte do ISS em relação às aulas.
 - (C) (I) responsável pelo IPTU em relação ao terreno; (II) não ocorreu o fato gerador do ITBI em relação ao contrato de promessa de compra da casa e (III) é contribuinte substituído do ISS em relação às aulas.
 - (D) (I) contribuinte do IPTU em relação ao terreno; (II) é responsável pelo ITBI em relação ao contrato de promessa de compra da casa e (III) não houve o fato gerador do ISS em relação às aulas por ele ministradas.
 - (E) (I) devedor solidário do IPTU em relação ao terreno; (II) não houve o fato gerador em decorrência da promessa de venda da casa e (III) é contribuinte do ISS em relação às aulas.



Contabilidade Geral

81. O índice de liquidez corrente de uma empresa era 1,7, obtido a partir dos valores constantes no Balanço Patrimonial de 31/12/2014. O Passivo Circulante da empresa, nesta mesma data, correspondia a 40% do passivo total. Sabendo-se que o Ativo Circulante da empresa totalizava R\$ 170.000,00 e que o valor total dos ativos constantes do balanço era R\$ 550.000,00, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial, na mesma data, era, em reais,
- (A) 261.000,00.
 (B) 300.000,00.
 (C) 410.000,00.
 (D) 330.000,00.
 (E) 150.000,00.

82. As vendas realizadas por uma empresa durante o mês de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 2.610.300,00 e as informações disponíveis são as seguintes:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2015	1.110.300,00	01/03/2017
10/12/2015	800.000,00	À vista
20/12/2015	700.000,00	À vista

Nas vendas a prazo, a empresa pratica a taxa de juros de 0,7% ao mês, o que equivale a uma taxa de juros de 11,03% para o prazo total da venda ocorrida em 01/12/2015.

Os efeitos evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2015 da empresa, decorrentes especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2015 foram:

- (A) Receita de Vendas = R\$ 2.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 17.500,00.
 (B) Receita de Vendas = R\$ 2.610.300,00 apenas.
 (C) Receita de Vendas = R\$ 2.500.000,00 apenas.
 (D) Receita de Vendas = R\$ 2.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 7.000,00.
 (E) Receita de Vendas = R\$ 1.500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 110.300,00.
83. Uma empresa contratou os serviços de uma transportadora pelo prazo de um ano e o valor total do contrato negociado foi R\$ 1.200.000,00. O contrato foi assinado em 01/09/2015, entrou em vigor imediatamente, sendo que o volume mensal a ser transportado já estava estabelecido em cláusula contratual e era constante durante todo prazo contratado. A empresa efetuará o pagamento do valor total no final do prazo do contrato, e este somente poderá ser rescindido antecipadamente com o pagamento integral do valor contratado, sem qualquer desconto.
- Os valores evidenciados na Demonstração do Resultado de 2015 e os saldos das contas do Balanço Patrimonial em 31/12/2015, decorrentes do contrato assinado e efetivado em 01/09/2015, foram:
- (A) Despesas com Transporte = R\$ 400.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 400.000,00.
 (B) Despesa com Transporte = R\$ 400.000,00 e Contas a pagar = R\$ 400.000,00.
 (C) Despesa com Transporte = R\$ 400.000,00; Contas a pagar = R\$ 400.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 800.000,00.
 (D) Despesas Antecipadas = R\$ 1.200.000,00 e Contas a pagar = R\$ 1.200.000,00.
 (E) Despesa com Transporte = R\$ 400.000,00; Contas a pagar = R\$ 1.200.000,00 e Despesas Antecipadas = R\$ 800.000,00.

84. No dia 30/04/2015, a empresa Sempre Comprando S.A. adquiriu 80% das ações da empresa Perspectiva S.A. por R\$ 80.000.000,00 e passou a deter controle sobre esta. O valor pago corresponde a 80% do valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos pela empresa Sempre Comprando S.A. No ano de 2015, a empresa Perspectiva S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 24.000.000,00. Os valores evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 e na Demonstração do Resultado do ano de 2015, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Sempre Comprando S.A., foram, respectivamente, em reais,
- (A) Investimentos = 80.000.000,00 e Resultado de Participação Societária = 0.
 (B) Dividendos a Receber = 19.200.000,00 e Resultado de Participação Societária = 19.200.000,00.
 (C) Investimentos = 99.200.000,00 e Resultado de Participação Societária = 19.200.000,00.
 (D) Dividendos a Receber = 24.000.000,00 e Resultado de Participação Societária = 24.000.000,00.
 (E) Investimentos = 104.000.000,00 e Resultado de Participação Societária = 24.000.000,00.



85. O Balanço Patrimonial, em 31/12/2014, de uma empresa constituída na forma de sociedade por ações apresentava o valor de R\$ 300.000,00 para o grupo do Patrimônio Líquido. Durante o ano de 2015, foram identificados os seguintes eventos e valores correspondentes à atividade da empresa no período:

- Não houve aumento de Capital.
- Não houve distribuição de dividendos extraordinários nem pagamento de Juros sobre o Capital Próprio.
- A empresa apurou um lucro líquido de R\$ 90.000,00.
- Destinação do lucro líquido em decorrência da Lei das Sociedades por Ações e do que estabelece o estatuto social da empresa:
 - Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 6.404/76.
 - Constituição de Reserva Estatutária no valor de R\$ 3.000,00.
 - Destinação de R\$ 6.000,00 para Reserva para Expansão.

O Estatuto Social da empresa prevê pagamento de Dividendo Obrigatório no valor de 25% do Lucro Líquido, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. Os valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 como Dividendos a Pagar e Patrimônio Líquido são, respectivamente,

- (A) R\$ 22.500,00 e R\$ 367.500,00.
- (B) R\$ 22.500,00 e R\$ 354.000,00.
- (C) R\$ 21.375,00 e R\$ 355.125,00.
- (D) R\$ 21.375,00 e R\$ 368.625,00.
- (E) R\$ 19.125,00 e R\$ 370.875,00.

Contabilidade Avançada

86. Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 400.000,00, à vista. A vida útil estimada pela empresa para a máquina, na data da aquisição, era 4 anos e o valor residual estimado em R\$ 40.000,00. Em 31/12/2014, a empresa reavaliou a vida útil remanescente da máquina para 5 anos e reestimou o valor residual, no final da nova vida útil, em R\$ 10.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação. Em 31/12/2015, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do ativo (teste de *impairment*) e, para isto, obteve as seguintes informações sobre a máquina:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 230.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil da máquina apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2015, foi, em reais,

- (A) 240.000,00.
- (B) 280.000,00.
- (C) 230.000,00.
- (D) 270.000,00.
- (E) 250.000,00.

87. A Cia. Expansão obteve, em 01/12/2015, um empréstimo para financiar a expansão da sua atividade operacional. O valor do empréstimo obtido foi R\$ 10.500.445,00, para pagamento integral (principal e juros) em 01/12/2016 e a taxa de juros compostos negociada foi 3% ao mês. Os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram R\$ 500.445,00. Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado e que a taxa de custo efetivo é 3,42% a.m., o valor dos encargos financeiros reconhecido na Demonstração do Resultado de 2015, referente a este empréstimo, foi, em reais,

- (A) 842.445,00.
- (B) 315.013,00.
- (C) 300.000,00.
- (D) 342.000,00.
- (E) 800.445,00.



Instruções: Para responder às questões de números 88 e 89, considere as informações abaixo.

Em 01/01/2015 a Cia. Olímpica adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Atlética pelo valor de R\$ 10.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Atlética era R\$ 5.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Atlética que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 9.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Durante o ano de 2015, a Cia. Atlética reconheceu em seu Patrimônio Líquido as seguintes mutações:

- Lucro líquido de 2015: R\$ 400.000,00
- Dividendos distribuídos: R\$ 150.000,00
- Ajustes de avaliação patrimonial: R\$ 50.000,00 (saldo credor).

88. Sabendo que durante o ano 2015 não foi reconhecida nenhuma perda por *impairment* (teste de recuperabilidade do ativo), relacionada com o investimento efetuado na Cia. Atlética, o valor reconhecido como Intangível correspondente ao Ágio pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de Controladas, no Balanço Consolidado da Cia. Olímpica de 31/12/2015, foi, em reais,
- (A) 1.800.000,00.
 (B) 2.800.000,00.
 (C) 6.000.000,00.
 (D) 1.000.000,00.
 (E) 5.000.000,00.

89. O valor apresentado pela Cia. Olímpica na conta Investimento, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2015, e o valor reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2015 referente a este investimento foram, respectivamente, em reais,
- (A) 10.240.000,00 e 320.000,00.
 (B) 10.320.000,00 e 320.000,00.
 (C) 10.200.000,00 e 200.000,00.
 (D) 7.440.000,00 e 320.000,00.
 (E) 10.240.000,00 e 360.000,00.

90. A Cia. Brasileira atua no mercado nacional e sua moeda funcional é o Real. Em 30/11/2015 a Cia. Brasileira constituiu a subsidiária Cia. Americana para atuar nos Estados Unidos, e integralizou 100% do Capital Social no valor de US\$100.000,00 (cem mil dólares). A moeda funcional da Cia. Americana é o dólar e, em 31/12/2015, apresentou o seguinte Balanço Patrimonial:

Cia. Americana
Balanço Patrimonial (valores em dólares – US\$)

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	150.000	Passivo Circulante	60.000
Disponível	70.000	Fornecedores	40.000
Contas a Receber	80.000	Empréstimos	20.000
Ativo Não Circulante	50.000	Patrimônio Líquido	140.000
Imobilizado	50.000	Capital Social	100.000
		Lucro Líquido	40.000
Total Ativo	200.000	Total Passivo + PL	200.000

A receitas e despesas da Cia. Americana ocorreram de maneira uniforme no mês de dezembro de 2015 e as informações sobre a taxa de câmbio são as seguintes:

Data	Taxa de Câmbio
30/11/2015	3,80 R\$/US\$
31/12/2015	4,00 R\$/US\$
Taxa média de dezembro de 2015	3,90 R\$/US\$

Com base nestas informações, o saldo credor da conta Ajustes Acumulados de Conversão apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Americana em 31/12/2015 foi, em reais,

- (A) 28.000,00.
 (B) 14.000,00.
 (C) 4.000,00.
 (D) 24.000,00.
 (E) 20.000,00.

**Contabilidade de Custos**

Instruções: Para responder às questões de números 91 e 92, considere as informações abaixo.

A Indústria Magnata S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de julho de 2015, para produzir integralmente 5.000 unidades:

Custos fixos: R\$ 35.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 6,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$ 3,50/unidade

Despesas fixas: R\$ 7.500,00

Despesas variáveis: R\$ 2,50/unidade

Comissões de venda: 10% do preço bruto de venda

Informações adicionais:

– Preço bruto de venda: R\$ 140,00/unidade

– Impostos sobre a Venda: 10% da receita bruta de vendas

– Quantidade vendida no mês de julho de 2015: 3.500 unidades

91. O ponto de equilíbrio contábil da Indústria Magnata S.A. era, em quantidade,

- (A) 425
- (B) 373.
- (C) 300.
- (D) 75.
- (E) 326.

92. Sabendo que a Indústria Magnata S.A. utiliza o método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período em julho de 2015 foi, em reais,

- (A) 20,50.
- (B) 9,50.
- (C) 7,00.
- (D) 16,50.
- (E) 19,00.

93. A Cia. Peso Pesado é uma empresa industrial que produz um único produto. Durante o mês de abril de 2016 incorreu nos seguintes gastos, em reais:

Mão de obra direta	41.000,00
Compra de matéria-prima	85.000,00
Energia elétrica (sendo 80% referente à fábrica)	15.000,00
Aluguel (sendo 40% referente à fábrica)	20.000,00
Salário do supervisor da fábrica	12.000,00
Comissões dos vendedores	6.000,00
Frete sobre as compras de matéria-prima	9.000,00
Frete sobre vendas	11.000,00
Depreciação do setor administrativo	7.000,00
Depreciação dos equipamentos da fábrica	10.000,00

Sabendo-se que o estoque inicial de produtos em processo era R\$ 18.000,00, que o estoque final de produtos em processo era R\$ 22.000,00, que o estoque inicial de matéria-prima era R\$ 8.000,00 e que o estoque final de matéria prima era R\$ 3.000,00, o custo da produção acabada no mês de abril de 2016, utilizando o método de custeio por absorção, foi, em reais,

- (A) 184.000,00.
- (B) 178.000,00.
- (C) 169.000,00.
- (D) 217.000,00.
- (E) 182.000,00.



94. A Cia. Play Foot produz três produtos: A, R e D. Considerando as quantidades produzidas no período e o critério de alocação de custos e despesas fixas adotado pela empresa, as informações referentes a cada um dos produtos estão apresentadas na tabela a seguir:

(valores em reais)

Produtos	A	R	D
Preço de venda (unitário)	100	90	110
Custos fixos (unitário)	10	30	30
Custos variáveis (unitário)	30	10	45
Despesas fixas (unitário)	5	5	5
Despesas variáveis (unitário)	25	10	10

Supondo que o objetivo da empresa seja a maximização do lucro, ela deve incentivar a venda de seus produtos, em ordem de prioridade,

- (A) R, A e D.
 (B) A, D e R.
 (C) D, A e R.
 (D) A, R e D.
 (E) R, D e A.
-
95. A Cia. Líder produz três produtos em um único departamento e utiliza o método de custeio por absorção para avaliação dos estoques e apuração dos custos dos produtos. Ao analisar o processo produtivo no mês de dezembro de 2015, a empresa obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
A	\$15/unidade	\$20/unidade	2.000	\$250/unidade	2h/unidade
B	\$10/unidade	\$20/unidade	1.000	\$200/unidade	2h/unidade
C	\$10/unidade	\$10/unidade	2.000	\$180/unidade	1h/unidade

Os custos indiretos totais incorridos no mês de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 360.000,00 e a Cia. Líder os aloca aos produtos em função da quantidade total de horas de mão de obra direta utilizada. Com base nestas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção, no mês de dezembro de 2015, para os produtos A, B e C foram, respectivamente, em reais,

- (A) 125; 80; 115.
 (B) 35; 30; 20.
 (C) 107; 102; 92.
 (D) 80; 75; 65.
 (E) 125; 120; 65.

Auditoria

96. Estão sujeitas à auditoria, entre outras demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da entidade, elaborados pela sua administração. Na auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2015 de determinada empresa prestadora de serviços, o auditor, ao examinar as obrigações da empresa, constatou que o ISS a recolher com vencimento no exercício subsequente, no valor de R\$ 1.487.950,00, foi classificado incorretamente no Balanço Patrimonial. As obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte, deverão ser classificadas no grupo de contas do Balanço Patrimonial
- (A) Obrigações fiscais de longo prazo.
 (B) Ativo diferido.
 (C) Passivo circulante.
 (D) Ativo realizável a longo prazo.
 (E) Passivo não circulante.



97. O risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria. Segundo a NBC TA 200, podem ocorrer no nível
- (A) geral da demonstração contábil e no nível dos processos operacionais e administrativos.
 - (B) geral da demonstração contábil e no nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
 - (C) de controle das normas e registros contábeis e no nível dos processos operacionais e administrativos.
 - (D) da implementação e manutenção do controle interno e no nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
 - (E) de controle das normas e registros contábeis e no nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
-
98. Nos trabalhos de auditoria independente na Companhia Distribuidora de Frutas e Legumes do Estado referente ao exercício de 2015, o auditor constatou que, no mês de novembro de 2015, foram contabilizadas duas notas fiscais de vendas com valores adulterados, para mais, em R\$ 240.000,00. De acordo com as evidências obtidas pelo auditor, as notas fiscais foram adulteradas, com o objetivo de encobrir desvio de mercadorias no estoque. Segundo a NBC TA 240, este fato caracteriza
- (A) burla no controle interno.
 - (B) erro na escrituração contábil.
 - (C) omissão de prejuízos.
 - (D) fraude.
 - (E) aumento de receita de vendas.
-
99. A evidência de auditoria para a obtenção de conclusões para fundamentar a opinião do auditor é conseguida pela execução de procedimentos de auditoria. O exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo é efetuado mediante o procedimento de auditoria denominado
- (A) inspeção.
 - (B) observação.
 - (C) circularização.
 - (D) investigação.
 - (E) confirmação.
-
100. O controle externo, no âmbito do Estado do Piauí, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas. As auditorias, como instrumentos de fiscalização utilizados pelo Tribunal de Contas no exercício de suas atribuições, serão realizadas com a finalidade de:
- I. Examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
 - II. Avaliar o desempenho dos órgãos e das entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais, quanto aos aspectos da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos praticados.
 - III. Subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro.
 - IV. Comprovar a legalidade e avaliar o resultado do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
 - V. Avaliar, quanto à eficácia e à eficiência os sistemas administrativos e operacionais de controle interno utilizados pelas entidades da Administração indireta do Estado na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e V.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III, IV e V.
 - (E) II, IV e V.